

IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Autora(1): Patrícia Tavares de Lima; Co-autora(1): Suely Aragão Azevêdo Viana; Co-autora(2): Aureliana da Silva Tavares; Co-autora(3): Ana Maria Mendes Barreiro Nunes; Orientador(4): Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

Autora(1): Universidade Federal da Paraíba – UFPB, email: patriciallima81@hotmail.com; Co-autora(1): Universidade Federal da Paraíba – UFPB, email: suzinhaazevedo85@gmail.com; Co-autora(2): Universidade Federal da Paraíba – UFPB, email: tavares.aureliana@gmail.com; Co-autora(3): Universidade Federal da Paraíba – UFPB, email: anammarreiro@hotmail.com; Orientador(4): Universidade Federal da Paraíba – UFPB, email: wilsonaragao@hotmail.com.

RESUMO

Vivemos em uma sociedade de constantes mudanças com dinâmica intensa e em todos os setores ocorrem transformações, com isso, na educação não poderia ser diferente. Atualmente uma das principais temáticas em pauta é a “inclusão sócio-digital” e todos os desafios que este ponto trás para os profissionais da educação. Há uma série de dilemas e desafios para quem se dispõem a atuar na área da Educação a Distância (EaD), uma vez que, inclui não só a democratização do acesso a níveis crescentes de escolaridade e atualização permanente, como também a adoção de novos paradigmas educacionais como fenômeno pessoal e social, de formação de sujeitos autônomos, capazes de buscar, de criar, de aprender ao longo de toda vida e interferir no mundo em que vivemos. A sociedade inclusiva é conhecida por propor a todos uma aceitação e valorização das suas diversidades atreladas à organização do atendimento às necessidades de cada cidadão, seja ele privilegiado ou marginalizado, portanto, umas das finalidades da EaD é exatamente atender a essas pessoas que não têm acesso a aulas presenciais. O Decreto 5.622/2005, que regulamenta a EaD no Brasil, caracteriza-a como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. A educação a distância como uma forma de inclusão social atualmente vem sendo foco de diversas pesquisas científicas, no entanto ainda há muitos tabus que necessitam ser quebrados para que tenhamos um ensino mais democrático, justificando-se assim este estudo. Que teve como objetivo colaborar com a democratização e inclusão social a partir do Ensino a Distância. Sendo o mesmo desenvolvido a partir de uma pesquisa do tipo exploratória e bibliográfica. Diante dessas reflexões é possível perceber que a educação não é só uma responsabilidade das instituições isoladas, mas sim resultante da própria sociedade. Pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, o aluno tem direito à educação, sendo esta dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, ou seja, independente das necessidades específicas, toda criança e adolescente tem direito à educação e à formação profissional. Diante do exposto, conclui-se afirmando que a expansão de cursos à distância tem como finalidade reconstruir as práticas pedagógicas no processo de aprendizagem como forma de democratização e inclusão social, preenchendo as lacunas ainda existentes no campo da educação no Brasil.

Palavras-chave: Educação a Distância, Inclusão social, Democratização.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade de constantes mudanças com dinâmica intensa e em todos os setores ocorrem transformações, com isso, na educação não poderia ser diferente.

Atualmente uma das principais temáticas em pauta é a “inclusão sócio-digital” e todos os desafios que este ponto trás para os profissionais da educação.

O Brasil nas últimas três décadas tem enfrentado mudanças significativas em diversos aspectos da vida dos brasileiros. No campo político, a mudança mais evidente se observa com a substituição do regime militar, de características ditatoriais, pelo regime democrático. Esta modificação implicou em novas formas e exigências nas relações sociais, impulsionando mudanças ou adequação das políticas públicas, com destaque a política educacional.

No aspecto econômico, houve um momento de paralisação econômica pós-regime militar, evidenciado na década de 1980, denominada de a “década perdida”, por conseguinte ocorre um período de crises sucessivas, culminando com uma série de desempregos, todos esses fatores consolidaram o processo de ampla recessão econômica, motivo dos baixos investimentos, sobretudo, nos recursos destinados as políticas educacionais. As consequências nas esferas política e econômica foram estendidas para as demais áreas.

Na educação, observa-se a influência de organismos internacionais no direcionamento dos investimentos, através da privatização das principais empresas estatais do País estabelecendo lógica de competitividade, visando diminuir os investimentos do Estado em bens públicos, focando a educação para um caráter mercadológico.

No entanto, o progresso da educação durante a última década vem apresentando avanços significativos. O acesso à escola de base tem efetivamente progredido em todas as regiões do País, graças aos esforços dos Estados, que têm priorizado o desenvolvimento da educação em seus investimentos (ALVES, 2014). Porém, este acesso à escola, na maioria dos casos, não possui relação com a melhora na qualidade de ensino-aprendizagem, pois um grande número de crianças ainda sai da escola sem ter adquirido os conhecimentos e competências necessárias para sua integração social e profissional.

Pereira e Silva (2010) relatam que desde o primeiro mandato de presidência no Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, estamos vivenciando um período de diversas reformas relacionadas ao ensino superior. No qual constatamos transformações no direcionamento das políticas que promovem o acesso aos cursos de graduação no Brasil através de alguns programas como ProUni – Universidade para Todos, Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, a UAB – Universidade Aberta do Brasil, FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, e o Sistema de Cotas para grupos que vivem em condições de vulnerabilidade social, como os negros, índios, pessoas com deficiência e de classes

econômicas desfavorecidas. Grupos esses, que por razões históricas, econômicas e culturais não tiveram a oportunidade de acesso à educação básica e superior. Com isso, as políticas públicas e as ações governamentais de inclusão educacional representam a democratização do acesso ao sistema superior de ensino.

Nesse cenário a educação passa a ser concebida de maneira mais restrita onde o objetivo é “transferir conteúdo” com a intenção de “formar” maior quantidade de indivíduos em menor espaço de tempo. Para que assim atinja-se o sucesso econômico, numa visão de que sociedade bem sucedida econômica é a que tem mais pessoas com nível superior. Este é o cerne do debate onde apesar de tantas políticas educacionais como a LDB 9394/96, o ProUni (2005), o REUNI (2007) e a Educação a Distância (EAD) se concretizando numa ampla política de expansão do ensino, ainda existe uma parte da população que não consegue ser contemplada com essas ações.

Uma característica desse contexto foi apresentada nos dados do analfabetismo, em que, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE em 2003 o analfabetismo atingia 14,1 milhões de brasileiros (9,7% da população) e o Nordeste ainda tinha o maior índice de analfabetismo, quase o dobro da média brasileira. Portanto é necessário considerar que existe uma discriminação sócio econômica digital, onde mesmo após algumas ações de governo nos últimos anos, a população menos favorecida economicamente continua sem acesso a serviços fundamentais como saúde, educação, moradia, trabalho entre outros.

Diante do exposto, afirma-se que a educação a distância como uma forma de inclusão social atualmente vem sendo foco de diversas pesquisas científicas, no entanto ainda há muitos tabus que necessitam ser quebrados para que tenhamos um ensino mais democrático, fato este que justifica nosso interesse pela temática e desenvolvimento deste estudo. Que teve como objetivo colaborar com a democratização e inclusão social a partir do Ensino a Distância.

METODOLOGIA

No que concerne aos objetivos, esta pesquisa se constitui em um estudo do tipo exploratório. Sampieri; Collado e Lucio (2013) destacam que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco

explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. No que tange aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Lakatos (2012) é a que se efetua para se resolver problema ou adquirir conhecimentos a partir de consultas a livros, artigos, jornais. Tem como finalidade recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto.

A pesquisa foi realizada em livros, artigos científicos e revistas, como estabelece o tema proposto pela pesquisa. O que resultou em uma pesquisa ampla e de qualidade no caráter contextual mostrado neste artigo e caráter pessoal as futuras pesquisas sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se analisarmos a evolução do homem em termos de redes sociais, a história da comunicação entre seres humanos é bastante antiga, em média dois milhões de anos a.C.. Os homens das cavernas se reuniam e se organizavam em grupos, formando o que poderíamos chamar as redes sociais. Da pré-história à Internet o homem sempre teve a necessidade de se comunicar. Mas só agora, as suas ideias podem circular o mundo em questões de minutos. Essa velocidade pela qual a informação é transmitida e disseminada teve início com o surgimento da ARPANET ou ARPAnet (Advanced Research and Projects Agency – Agência de Projetos de Pesquisas Avançada), em 1969. Essa agência de pesquisa era uma organização americana em disputa ao poder mundial com a extinta União Soviética (URSS) no período da Guerra Fria (ABREU, 2009).

A princípio o ensino a distância foi disponibilizado na modalidade de cursos por correspondência. Posteriormente foi propagado com o uso do rádio, sendo este mais acessível a camadas populares. Num terceiro momento se destacam as ferramentas de telefone, fax e televisão, dando suporte a essa forma de ensino, que também ganha força com o surgimento dos computadores, jogos e rede mundial de comunicação (internet). Percebe-se que na medida em que vão surgindo novos recursos de comunicação aumenta a necessidade de mudança na forma de ensino, educação e profissionalização.

As novas necessidades educacionais, desenvolvidas através das transformações sociais e políticas, permitiram mudanças tanto nas formas de comunicação e interação como no processo de desenvolvimento de competências e habilidades. Várias são as situações e eventos que têm ocorrido, fomentando o desenvolvimento da educação à distância de forma global e não apenas em nível nacional. Identifica-se que essa modalidade de ensino não é

proveniente da era digital, como muitos imaginam, mas vem ocorrendo ao longo das décadas, na esteira do afloramento de diferentes metodologias, fazendo uma transição entre eras, ferramentas, objetivos até chegar à realidade da sociedade contemporânea (ABREU, 2009).

A sociedade passa a exigir uma educação mais democrática, acessível e de qualidade, e os avanços socioeconômicos e políticos tornaram ainda mais visível essa realidade. Iniciativas e programas governamentais também contribuíram para a difusão desse ensino a distância, assim como os incentivos para universidades e fundações a que aderissem aos canais educativos. No caso do Brasil alguns problemas de adequações e o regime militar fizeram com que diminuíssem as iniciativas e a difusão da educação à distância, o que ocasionou um retrocesso no meio educacional nacional. Momentos importantes que influenciaram a Educação a Distância (EaD) foram a radiodifusão, a criação de institutos e as iniciativas das instituições de ensino superior. Na sociedade contemporânea pelo menos três organizações influenciaram a Educação a Distância, são elas: a Associação Brasileira de Teleducação (ABT), o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE) e a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED); todas representaram fortes influências para com a modalidade de ensino em questão.

Enfrentar o desafio de propor um ensino que busca respeitar essas diversas necessidades ainda é um grande desafio a ser vencido. Significa, sobretudo, romper primeiramente com os preconceitos subjetivos enraizados na própria sociedade, buscar constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar metas para atender a todos, como retrata Sartori (2002, p. 15), ao falar da Educação a Distância quando diz que o “acesso à educação a pessoas que residem distante do provedor de ensino ou que, por outro motivo, não possam frequentar uma escola e, também, pessoas interessadas em metodologias de aprendizagem sintonizadas com as novas exigências corporativas”.

Isso implica rever métodos e funções didático-pedagógicas. Possibilitar formação, especialização e capacitação nas diversas localidades do Brasil e do mundo não basta, é importante também garantir qualidade e suporte técnico especializado para essa atuação, visando eliminar estereótipos pejorativos impregnados na sociedade, os quais não dão credibilidade a essa modalidade de ensino.

Diante dessas perspectivas e das exigências sociais, outro desafio é capacitar a escola com recursos tecnológicos e assistência técnica adequada, garantindo um ensino de qualidade para todos, mesmo nas mais remotas localidades. Intenta-se questionar pressupostos teóricos e implicações pedagógicas curriculares de uma educação que esteja voltada para reconhecer e

compreender as dinâmicas implicadas pela presença das inovações socioculturais múltiplas no âmbito da educação.

Segundo Tavares (2003), há uma série de dilemas e desafios para quem se dispõem a atuar nessa área da Educação a Distância (EaD), uma vez que, inclui não só a democratização do acesso a níveis crescentes de escolaridade e atualização permanente, como também a adoção de novos paradigmas educacionais como fenômeno pessoal e social, de formação de sujeitos autônomos, capazes de buscar, de criar, de aprender ao longo de toda vida e interferir no mundo em que vivemos.

Para uma sociedade brasileira cada vez mais livre, justa e solidária, conforme fixado no Art. 3º da Constituição Federal, um dos pontos focais é a educação. Uma modalidade de ensino que já existe e pode ser um instrumento para a inclusão social via inclusão digital é a Educação a Distância, uma vez que, nesta modalidade de ensino, os alunos e professores se encontram separados fisicamente, sem contato pessoal como mecanismo facilitador de sua relação. É justamente este público, que se encontra a margem da sociedade ou do acesso a tecnologia, que necessita da inclusão na educação por meio de projetos de inclusão social.

A inclusão social é um termo amplo, utilizado em contextos diferentes, em referência a questões sociais variadas. De modo geral, o termo é utilizado ao fazer referência à inserção de pessoas com algum tipo de deficiência às escolas de ensino regular e ao mercado de trabalho, ou ainda a pessoas consideradas excluídas, que não tem as mesmas oportunidades dentro da sociedade, por motivos como condições socioeconômicas, gênero, raça e falta de acesso a tecnologias (exclusão digital). Em suas diferentes faces, é efetivada por meio de políticas públicas, que além de oficializar, devem viabilizar a inserção dos indivíduos aos meios sociais. Para isso, é necessário que sejam estabelecidos padrões de acessibilidade nos diferentes espaços (escolas, empresas, serviços públicos), assim como é necessário o investimento em formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos no processo de inclusão, principalmente dos professores.

A sociedade inclusiva é conhecida por propor a todos uma aceitação e valorização das suas diversidades atreladas à organização do atendimento às necessidades de cada cidadão, seja ele privilegiado ou marginalizado.

O Decreto 5.622/2005, que regulamenta a EaD no Brasil, caracteriza-a como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos

diversos.

Uma das principais características da EaD é a educação de massa. Para Prado (2009) todos que estão à margem do processo formal de ensino podem ter acesso ao conhecimento produzido nas instituições de ensino e pesquisa através da EaD, contribuindo para a formação em larga escala e, conseqüentemente, possibilitando a inclusão social, através de trabalho e renda. Para que tal empreendimento se processe, é fundamental a ação de políticas públicas, como destinação de verbas orçamentárias, incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e desenvolvimento de projetos de EaD.

O grande desafio vai muito além da elaboração de pressupostos teóricos que sustentem essa flexibilidade sistêmica, essa convergência. O mais necessário é dar um salto de qualidade, renovando a cultura do fazer pedagógico tanto por meio do ensino presencial quanto à distância, e ampliando a oferta de ensino, o acesso à tecnologia, além de abrir novas perspectivas de inclusão social (PRADO, 2009).

Embora haja discordâncias sobre o assunto, é fato que a EaD hoje está sendo reconhecida como uma modalidade que pode contribuir e muito, com o processo de inclusão social, por permitir a quebra das barreiras de tempo e principalmente de espaço geográfico é que a mesma vem se tornando uma aliada aos processos de formação inicial, continuada e permanente. Todavia, conforme Oliveira (2007) a Inclusão não é simplesmente inserir uma pessoa na sua comunidade e nos ambientes destinados a sua educação, saúde, lazer e trabalho. Incluir implica em acolher a todos os membros de um dado grupo, independente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos diferentes uns dos outros, e, portanto sem condições de serem categorizadas.

EAD pode contribuir neste processo independente e peculiar através de sua forma inovadora, criativa, coletiva e individual ao atuar com os sujeitos envolvidos. O aluno deixa de ser, efetivamente, apenas “mais um” na sala de aula, para se tornar ator, autor, aprendiz e mestre.

No Brasil, existem grandes iniciativas do Governo Federal para a inclusão digital. Em diversos municípios existem os chamados telecentros, que são espaços que possuem de 10 a 20 computadores conectados à Internet banda larga, e que oferecem à população livre acesso dos equipamentos, bem como cursos de informática básica e oficinas especiais (TAVARES, 2003). O próprio governo publica em seu site que combater a exclusão digital é o objetivo principal dos telecentros.

Mesmo com tantas vantagens evidenciadas acerca da EaD, ainda existem muitas

resistência quanto ao uso desta modalidade de ensino. Argumentos como o de que a mesma irá piorar a qualidade da educação são muito comuns. Alguns até reconhecem o seu efeito democratizante, mas temem que traga ainda mais dificuldades a um sistema educacional com problemas.

No entanto, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADEs), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que tem como finalidade verificar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências, demonstrou recentemente que este temor é injustificado, pois o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão de avaliação e pesquisa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), pela primeira vez desde a criação do Enade (2004), mostra que em 07 (sete) das 13 (treze) áreas onde foi possível realizar essa comparação, alunos da modalidade à distância se saíram melhores do que os demais.

Isso não significa que uma modalidade é superior à outra, mas que é possível realizar uma educação de qualidade, inclusiva e eficiente, desde que com pessoas preparadas e comprometidas com o resultado do todo: professores, equipe pedagógica e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas reflexões é possível perceber que a educação não é só uma responsabilidade das instituições isoladas, mas sim resultante da própria sociedade. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, o aluno tem direito à educação, sendo esta dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, ou seja, independente das necessidades específicas, toda criança e adolescente tem direito à educação e à formação profissional.

Com isso, a expansão de cursos à distância tem como finalidade reconstruir as práticas pedagógicas no processo de aprendizagem como forma de democratização e inclusão social, preenchendo as lacunas ainda existentes no campo da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, K. C. K. **História e usos da Internet**. Biblioteca on-line de ciências da comunicação (BOCC). Portugal, 2009.

ALVES, N. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1464 – 1479 out./dez. 2014
ISSN: 1809-3876.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, publicada no DOU de 19 dez., 2005.

OLIVEIRA, A. S. S. E. (2007). **Educação Inclusiva, Utopia Possível: Uma Leitura Psicopedagógica de crianças/adolescentes com dificuldades de aprendizagem**. Dissertação disponibilizada em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/9249.pdf>>. Acessado em: 13 out. 2016.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. da. **As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?** **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 4, n.2, 2010.

PRADO, L. A. **Educação à Distância como instrumento para a inclusão digital**. Disponível em: <<http://www.telebrasil.org.br/impressao/artigos.asp?m=555>> Acessado em: 28 set. 2009.

SARTORI, A. de S. Educação a Distância: novas práticas pedagógicas e as tecnologias da informação e da comunicação. In.: **Revista Linhas**. Volume 3, número 2, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1192/1007>. Acesso em: 08 out. 2016.

TAVARES, J. **Formação e Inovação no Ensino Superior**. Portugal: Porto Editora LDA, 2003.